

TRABALHO DOCENTE NA REDE PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: AVALIAÇÃO, RESPONSABILIZAÇÃO E PERFORMATIVIDADE



Apresentação

Para além do poder simbólico, os professores possuem uma enorme força econômica enquanto categoria no Brasil, apesar de uma aparente falta de organicidade. De acordo com dados da Rais¹ de 2006, do total de empregos formais do país, 8,4% destinavam-se a professores, sendo esta a terceira maior categoria profissional do país. (GATTI, 2009).

Mesmo com todo esse contingente, em todas as esferas, uma série de políticas vêm afetando os docentes, que hoje vivenciam a tensão entre a profissionalização e a proletarização (CONTRERAS, 2002). Os professores têm sido impactados, sobretudo, por políticas de avaliação em larga escala, que vêm sendo desenhadas no país desde o início dos anos 1990 e que derivam em políticas neoliberais baseadas em *accountability*.

Accountability indica frequentemente uma forma hierárquico-burocrática ou tecnocrática e gerencialista de *prestação de contas* que, pelo menos implicitamente, contém e dá ênfase a consequências ou imputações negativas e estigmatizantes, as quais, não raras vezes, consubstanciam formas autoritárias de responsabilização das instituições, organizações e indivíduos. (AFONSO, 2012, p. 472)

No Estado de Rio de Janeiro, a política educacional que representou a grande virada em direção à tecnocracia e ao gerencialismo – e consequentemente à responsabilização – chamou-se Programa Nova Escola. O Programa Estadual de Reestruturação da Educação Pública – Programa Nova Escola, foi instituído pelo Decreto da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro nº. 25.959, de 12 de janeiro de 2000.

¹ Rais: Relação Anual de Informações Sociais.

O Decreto arrolava quatro objetivos principais para o Programa, entre eles a racionalização de recursos financeiros, materiais e humanos, a garantia do acesso de todos ao Sistema de Ensino Público, a efetivação de mecanismos eficazes de valorização do magistério público, associando a performance das escolas a gratificações e remunerações variáveis e o fortalecimento da articulação entre as esferas de governo estadual e municipal (NAJJAR, 2015).

Em suma, a ideia central era promover a competitividade entre escolas e docentes, remunerando com gratificações os docentes e gestores cujos alunos mais se destacassem em avaliações de larga escala. As escolas passaram a ser classificadas em níveis de performatividade, o que Ball (2010) define por:

Performatividade é uma tecnologia, uma cultura e um modo de regulação, e mesmo, tal como define Lyotard, um sistema de “terror”, sistema que implica julgamento, comparação e exposição, tomados respectivamente como formas de controle, de atrito e de mudança. Performances – de sujeitos individuais ou organizações – servem como medidas de produtividade ou resultados, como formas de apresentação da *qualidade* ou *momentos* de promoção ou inspeção.(BALL, 2010, p. 38)

A importância desse programa é tamanha para a educação do Rio de Janeiro que, mesmo passados tantos anos cabe um resgate histórico de suas consequências, por se tratar da pedra fundamental da organização neoliberal da educação pública fluminense. Mesmo tendo sido extinto em sua forma original, há ainda hoje derivações ganhando forma em outros estados e municípios e a política de prestação de contas do Governo do Estado do Rio de Janeiro continua firme e sobrevive à crise econômica.

Este trabalho trata do contexto da prática desta política pública em especial e das contribuições de três diferentes atores em disputa: o governo, o sindicato e os professores do cotidiano. A partir da retomada de entrevistas coletadas no ano do Decreto, buscar-se-á construir um conjunto de análises com um distanciamento histórico importante, visando à compreensão das reverberações do Programa Nova Escola dezesseis anos depois.

Objetivos

- Entender a importância do Programa Nova Escola, como marco da política neoliberal da educação do estado do Rio de Janeiro;
- Identificar o contexto político em que a política em questão foi proposta a partir da fala de governantes, líderes sindicais e professores;
- Analisar as principais consequências e desdobramentos do Programa Nova Escola para a educação pública estadual dezesseis anos depois;

Metodologia

Além da análise documental e histórica necessárias a este trabalho, através da abordagem metodológica do ciclo de políticas proposta por Ball e seu colaborador Bowe (1992), buscar-se-á entender a política pública em três aspectos primordiais: a política proposta – ou seja, o que o legislador ou o proponente objetivou alcançar quando concebeu aquela política; a política de fato, ou o texto em si, o que de fato passou a vigorar como texto legal; e a política em uso, suas interpretações práticas, deturpações, omissões, brechas etc.

Referências

AFONSO, A. J. Para uma conceitualização alternativa de *accountability* em educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 471-484, abr.-jun. 2012.

BALL, S. J. Performatividades e fabricações na economia educacional: rumo a uma sociedade performativa. **Educação & Realidade**, n. 35, v. 2, maio/ago. 2010.

BALL, S.J.; BOWE, R. Subject departments and the “implementation” of National Curriculum policy: an overview of the issues. **Journal of Curriculum Studies**, London, v. 24, n. 2, p. 97-115, 1992.

CONTRERAS, J. **A autonomia dos professores**. São Paulo: Cortez, 2002.

GATTI, B. A. (Coord.). **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2009.

NAJJAR, J. **A disputa pela qualidade da escola: uma análise do programa Nova Escola do Estado do Rio de Janeiro**. Niterói: EDUFF, 2015.